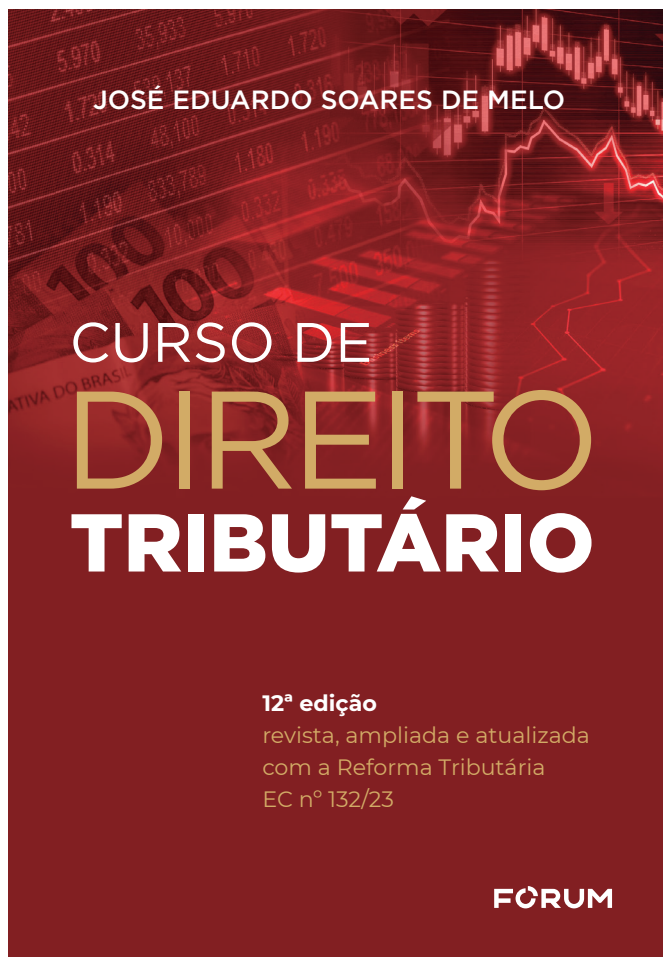


JOSÉ EDUARDO SOARES DE MELO

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

12ª edição revista, ampliada e atualizada com a Reforma
Tributária – EC nº 132/23



O livro analisa a sistemática tributária compreendendo os princípios constitucionais, as espécies de tributos e respectivos fatos geradores, sujeições passivas, bases de cálculo, alíquotas, desonerações tributárias (imunidades, isenções, incentivos), obrigações acessórias, penalidades, processo administrativo e medidas judiciais.

A nova edição tem como objetivo básico examinar a legislação vigente, compreendendo a Constituição Federal (inclusive a Emenda nº 132/23 – Reforma Tributária), Leis Complementares com alterações introduzidas até novembro de 2024, doutrina e doutrinas do judiciário.

A edição tem ainda como escopo propiciar o conhecimento (teórico e prático) do ordenamento jurídico tributário para advogados, professores, administradores, contadores, estudantes e integrantes do Judiciário.

Área específica

DIREITO TRIBUTÁRIO.

Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL.
DIREITO EMPRESARIAL.

Palavras-chave

Curso De Direito Tributário, Tributos,
Legislação, Doutrina, Jurisprudência.

FORMATO: 17 x 24 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3721

M528c Melo, José Eduardo Soares de

Curso de direito tributário / José Eduardo Soares de Melo. -- 12. ed. rev. ampl. (Reforma Tributária – EC 132/23) --. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

740 p. 17x24cm

12. ed. rev. ampl. (Reforma Tributária – EC 132/23)

ISBN impresso 978-65-5518-913-1

ISBN digital 978-65-5518-910-01.

1. Curso de direito tributário. 2. Tributos. 3. Legislação. 4. Doutrina. 5. Jurisprudência. I. Título.

CDD: 331.39

CDU: 336

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MELO, José Eduardo Soares de. *Curso de direito tributário*. 12. ed. rev. ampl. (Reforma Tributária – EC 132/23). Belo Horizonte: Fórum, 2025. 740p. ISBN 978-65-5518-913-1.

JOSÉ EDUARDO SOARES DE MELO

Mestre, doutor e livre docente em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde lecionou durante 20 anos, sendo professor titular de Direito Tributário (2012-2015), e coordenador do Curso de Pós-Graduação em Processo Tributário do Cogeae (2006-2015). Visiting Scholar da Universidade da Califórnia (Berkeley) e orientador na Bucerius Law School (Hamburgo). Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas da Secretaria da Fazenda de São Paulo (1974 a 1997). Lecionou Direito Comercial e Tributário nos Cursos de Graduação e Especialização na Fundação Getúlio Vargas (1985-1995). Diretor e conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo e diretor do Instituto Geraldo Ataliba-Idepe. Membro do Conselho de Estudos e Finanças e Tributação da Associação Comercial de São Paulo. Professor emérito da Faculdade Brasileira de Tributação. Autor de diversas obras jurídicas, entre as quais os livros seguintes: *O Imposto sobre Produtos Industrializados na Constituição*; *Contribuições Sociais no Sistema Tributário*; *ICMS – Teoria e Prática*; *ISS – Teoria e Prática*; *Imposto sobre Serviços de Comunicação*; *A Importação e a Exportação no Direito Tributário – Impostos, Taxas e Contribuições*; *Processo Tributário Administrativo e Judicial*; *IPI – Teoria e Prática*; *Direito Tributário Empresarial*; *Dicionário de Direito Tributário Material e Processual*; *IPTU e ITR (Teoria e Prática)*; *Contratos e Tributação – Noções Fundamentais*; *Impostos Federais, Estaduais e Municipais (coautoria com Leandro Paulsen)*; *Não-Cumulatividade Tributária (coautoria com Luiz Francisco Lippo)*; *Comentários às Súmulas do STF, STJ, TRFs e CARF (coautoria com Eduardo Domingos Bottallo)*. Dedicou-se à advocacia empresarial desde 1965.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	
FUNDAMENTOS BÁSICOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO.....	17
1.1 Atividade Financeira do Estado	17
1.2 A Posição Constitucional do Direito Tributário	18
1.3 A Inexistência de Autonomia do Direito Tributário e seu Relacionamento com os Demais Ramos do Direito	18
1.4 Princípios Constitucionais	20
1.4.1 Princípio federativo	21
1.4.2 Princípio republicano.....	22
1.4.3 Princípio da legalidade.....	24
1.4.4 Princípio da anterioridade	26
1.4.5 Princípio da irretroatividade	31
1.4.6 Princípio da igualdade	32
1.4.7 Princípio da capacidade contributiva.....	34
1.4.8 Princípio da vedação de confisco.....	37
1.4.9 Princípio da liberdade de tráfego.....	39
1.4.10 Princípios específicos para determinados impostos	39
1.4.11 Princípio da impessoalidade.....	42
1.4.12 Princípio da moralidade.....	42
1.4.13 Princípio da publicidade	44
1.4.14 Princípio da eficiência.....	45
1.4.15 Princípio da segurança jurídica.....	47
1.4.16 Princípio da Simplicidade.....	50
1.4.17 Princípio da Transparência	51
1.4.18 Princípio da Justiça Tributária.....	52
1.4.19 Princípio da Cooperação	53
1.4.20 Princípio do Meio Ambiente.....	54
1.4.21 Princípio da Neutralidade.....	56
1.5 Regime Jurídico	56
1.6 Contabilidade e Direito	58
CAPÍTULO 2	
CONCEITO DE TRIBUTO.....	63
2.1 Noção Constitucional de Tributo e Definição no Código Tributário Nacional	63
2.2 Denominação	66
2.3 Destinação	67
CAPÍTULO 3	
ESPÉCIES E CLASSIFICAÇÃO DE TRIBUTOS.....	71
3.1 Impostos	71
3.2 Taxas	72
3.2.1 Serviço público e poder de polícia	72
3.2.2 Pedágio.....	76
3.2.3 Distinção entre tarifa, taxa e preço público	77
3.2.4 Jurisprudência.....	81
3.3 Contribuições de Melhoria.....	88
3.4 Empréstimo Compulsório.....	91
3.5 Contribuições.....	92
3.5.1 Natureza jurídica.....	92
3.5.2 Parafiscalidade.....	95
3.5.3 Contribuições sociais, interventivas e de interesse de categorias profissionais e econômicas	96
3.5.3.1 Considerações genéricas.....	96
3.5.3.2 Contribuições de intervenção econômica	97
3.5.3.2.1 Lineamentos	97
3.5.3.2.2 Operações com petróleo, gás natural (e seus derivados) e álcool combustível.....	99
3.5.3.2.3 Adicional ao frete para renovação da marinha mercante	102
3.5.3.2.4 IAA	104
3.5.3.2.5 Programa de estímulo à integração universidade-empresa.....	104

3.5.3.2.6	Funttel	105
3.5.3.2.7	Fust	106
3.5.3.2.8	Condecine	106
3.5.3.2.9	Sebrae	108
3.5.3.2.10	Incra	109
3.5.3.3	Corporativas	112
3.5.3.4	Sociais genéricas	113
3.5.3.4.1	Salário-educação	113
3.5.3.4.2	FGTS	114
3.5.3.4.3	Serviços sociais autônomos	116
3.5.4	Cosip	119
3.5.5	Contribuições de seguridade social	121
3.5.5.1	Cofins	121
3.5.5.2	PIS	128
3.5.5.2.1	Pasep	134
3.5.5.3	PIS/Pasep – Cofins-Importação	134
3.5.5.4	Folha de salários e rendimentos de trabalho	136
3.5.5.5	Lucro	138
3.5.5.6	Trabalhadores e segurados da Previdência	139
3.5.5.7	Atividades rurais e pesca artesanal	140
3.5.5.8	Seguro de Acidente do Trabalho	140
3.5.5.9	Receita de Concurso de Prognóstico	142
3.5.5.10	CBS	143
3.6	Classificação dos Tributos	148

CAPÍTULO 4

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E PARTILHA DAS RECEITAS		151
4.1	Características	151
4.2	Competência Tributária da União	154
4.3	Competência Tributária dos Estados	154
4.4	Competência Tributária do Distrito Federal	155
4.5	Competência Tributária dos Municípios	155
4.6	Competência Tributária dos Territórios	155
4.7	A Partilha das Receitas	155
4.8	Bitributação e <i>Bis in Idem</i>	157

CAPÍTULO 5

IMUNIDADES		159
5.1	Natureza	159
5.2	Impostos	162
5.2.1	Recíproca	162
5.2.2	Templos	168
5.2.3	Partidos Políticos, suas Fundações, Entidades Sindicais dos Trabalhadores, Instituições de Educação e de Assistência Social	170
5.2.4	Livros, Jornais, Periódicos e Respectivo Papel	178
5.2.5	Exportações	181
5.2.5.1	Produtos e mercadorias	181
5.2.5.2	Serviços de transporte internacional	182
5.2.5.3	Serviço internacional de comunicação	185
5.2.5.4	Serviços municipais	187
5.2.6	Serviços de Radiodifusão	191
5.2.7	Transmissões Societárias e Desapropriação Rural	191
5.2.8	Petróleo, Lubrificantes, Combustíveis e Energia Elétrica em Operações Interestaduais	193
5.2.9	Ouro	195
5.2.10	Glebas Rurais	196
5.2.11	Fonogramas e videogramas musicais	196
5.3	Taxas	198
5.4	Contribuições Sociais	198

CAPÍTULO 6

FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO		203
6.1	Constituição Federal e Emendas à Constituição	203

6.2	Lei Complementar.....	204
6.3	Lei Ordinária.....	209
6.4	Medida Provisória.....	210
6.5	Lei Delegada.....	212
6.6	Resoluções.....	212
6.7	Decretos Legislativos.....	213
6.8	Tratados Internacionais.....	213
6.9	Convênios.....	217
6.10	Decretos, Regulamentos e Atos Administrativos.....	218
6.11	A Recepção das Normas.....	220

CAPÍTULO 7

VIGÊNCIA, EFICÁCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....		223
7.1	Vigência – Conceito.....	223
7.2	Vigência no Tempo.....	223
7.3	Vigência no Espaço.....	225
7.4	Aplicação da Legislação.....	228
7.5	Fatos Futuros e Pendentes.....	229
7.6	Retroatividade Benigna.....	230

CAPÍTULO 8

INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....		233
8.1	Introdução.....	233
8.2	Métodos de Interpretação.....	235
8.2.1	Noções gerais.....	235
8.2.2	Método gramatical.....	237
8.2.3	Método lógico.....	238
8.2.4	Método histórico.....	239
8.2.5	Método teleológico.....	239
8.2.6	Método sistemático.....	240
8.3	Lacunas e Métodos Integrativos.....	240
8.4	Analogia.....	243
8.5	Princípios Gerais de Direito.....	244
8.6	Equidade.....	244
8.7	Interpretação Literal.....	245
8.8	Interpretação Benigna.....	246
8.9	Interpretação com Base Econômica.....	246
8.10	Interpretação dos Tratados Internacionais.....	248

CAPÍTULO 9

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA E FATO GERADOR.....		249
9.1	Obrigação Principal.....	249
9.2	Obrigação Acessória.....	250
9.3	Fato Gerador.....	251
9.3.1	Considerações gerais.....	251
9.3.2	Aspectos do fato gerador.....	252
9.3.3	Momentos da ocorrência do fato gerador.....	255
9.3.4	Presunções, indícios e ficções.....	258
9.3.5	Atos ilícitos e tributação.....	261

CAPÍTULO 10

SUJEITOS ATIVO E PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....		263
10.1	Sujeito Ativo – Competência e Capacidade Tributária.....	263
10.2	Contribuinte.....	263
10.3	Responsável.....	265
10.4	Solidariedade.....	267
10.5	Capacidade Passiva.....	269
10.6	Domicílio.....	270

CAPÍTULO 11

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....		273
11.1	Substituição.....	273

11.2	Sucessores	278
11.2.1	Natureza pessoal da obrigação tributária, negócios imobiliários e falecimento.....	278
11.2.2	Fusão, transformação, incorporação, cisão	280
11.2.3	Extinção e continuidade da atividade	281
11.3	Responsabilidade de Terceiros	284
11.4	Responsabilidade por Infrações	289
11.5	Denúncia Espontânea	290
11.6	Grupo Econômico.....	294
11.7	Sanções Tributárias	296
11.7.1	Juros.....	298
11.7.2	Multa moratória.....	299
11.7.3	Multas penais	300
11.7.4	Apreensão de bens	303
11.7.5	Perdimento de bens.....	304
11.7.6	Regimes especiais	307
11.7.7	Devedor remisso.....	308
11.7.8	Procedimento especial de fiscalização.....	309
11.7.9	Arrolamento	310
11.7.10	Interdição de estabelecimento	314
11.7.11	Protesto do título	314
11.7.12	Inscrição no Serasa. Serviço de proteção ao crédito	317
11.7.13	Perda da propriedade imóvel.....	318
11.7.14	Prisão (crimes tributários).....	318

CAPÍTULO 12

CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	327	
12.1	Noções Gerais	327
12.2	Lançamento, Conceito e Objeto.....	328
12.2.1	Alterações	333
12.3	Modalidades.....	334
12.3.1	Declaração	334
12.3.2	Revisão de ofício.....	335
12.3.3	Homologação	337
12.3.4	Arbitramento.....	339

CAPÍTULO 13

SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	341	
13.1	Moratória	341
13.2	Depósito.....	342
13.3	Reclamações e Recursos Administrativos.....	345
13.4	Medida Liminar em Mandado de Segurança.....	346
13.5	Medida Liminar ou Tutela Antecipada em Outras Espécies de Ação Judicial.....	349
13.6	Parcelamento.....	351

CAPÍTULO 14

EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	353	
14.1	Pagamento	353
14.1.1	Considerações gerais.....	353
14.1.2	Consignação em pagamento.....	355
14.1.3	Repetição de pagamento indevido	356
14.1.4	Pagamento antecipado e homologação de lançamento	363
14.1.5	Dação em pagamento	363
14.2	Compensação	364
14.2.1	Compensação efetuada pelo sujeito passivo	369
14.2.2	Compensação de ofício.....	369
14.2.3	Disposições comuns.....	370
14.2.4	Créditos reconhecidos por decisão judicial	370
14.2.5	Imputação de pagamento.....	373
14.3	Transação.....	373
14.4	Remissão	375
14.5	Decadência	376
14.6	Prescrição.....	381

14.7	Conversão de Depósito em Renda.....	386
14.8	Decisão Administrativa Irreformável.....	386
14.9	Decisão Judicial Passada em Julgado.....	389
14.9.1	Pressupostos.....	389
14.9.2	Modulação.....	392
14.9.3	Relativização.....	394

CAPÍTULO 15

INCENTIVOS FISCAIS E EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....397

15.1	Regime Jurídico.....	397
15.2	Isenção.....	398
15.3	Anistia.....	401
15.4	Guerra Fiscal.....	402
15.5	A Renúncia Tributária em face da Responsabilidade na Gestão Fiscal.....	408
15.6	<i>Drawback</i>	409
15.7	Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Simples Nacional).....	412
15.7.1	Diretrizes.....	412
15.8	Zona Franca de Manaus.....	416

CAPÍTULO 16

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....419

16.1	Disposições Gerais.....	419
16.2	Presunção de Fraude.....	421
16.3	Preferências.....	422
16.4	Quitações de Tributos.....	423

CAPÍTULO 17

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....425

17.1	Direitos e Deveres da Fiscalização.....	425
17.2	Dever de Informação.....	428
17.3	Sigilo.....	430
17.4	Dívida Ativa.....	436
17.5	Certidão Negativa.....	438

CAPÍTULO 18

IMPOSTOS FEDERAIS.....441

18.1	Imposto de Importação.....	441
18.1.1	Materialidade.....	441
18.1.2	Sujeito ativo, contribuintes e responsável.....	445
18.1.3	Base de cálculo.....	446
18.1.4	Alíquota.....	447
18.1.5	Regimes Especiais.....	448
18.1.6	Siscoserv.....	450
18.2	Imposto de Exportação.....	451
18.2.1	Materialidade.....	451
18.2.2	Sujeito ativo, contribuinte e responsáveis.....	451
18.2.3	Base de cálculo.....	451
18.2.4	Alíquota.....	452
18.3	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.....	453
18.3.1	Materialidade.....	453
18.3.2	Sujeito ativo, contribuinte e responsável.....	456
18.3.3	Base de cálculo.....	456
18.3.4	Alíquota.....	458
18.4	Imposto sobre Produtos Industrializados.....	459
18.4.1	Materialidade.....	459
18.4.2	Sujeito ativo, contribuinte e responsáveis.....	470
18.4.3	Base de cálculo.....	471
18.4.4	Alíquota.....	474
18.4.5	Não cumulatividade.....	475
18.4.6	Seletividade.....	479
18.4.7	Obrigações acessórias.....	481
18.4.8	EC nº 132/23.....	482

18.5	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e Relativas a Títulos e Valores Mobiliários	483
18.5.1	Materialidade.....	483
18.5.2	Sujeito ativo, contribuintes e responsáveis.....	485
18.5.3	Base de cálculo.....	486
18.5.4	Alíquota	487
18.5.5	EC nº 132/23.....	487
18.6	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.....	487
18.6.1	Materialidade.....	487
18.6.2	Sujeito ativo, contribuinte e responsável	490
18.6.3	Base de cálculo.....	491
18.6.4	Alíquotas.....	492
18.7	Imposto sobre Grandes Fortunas.....	493
18.8	Imposto Seletivo	493

CAPÍTULO 19

	IMPOSTOS ESTADUAIS.....	499
19.1	Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos	499
19.1.1	Materialidade.....	500
19.1.2	Sujeito ativo.....	503
19.1.3	Contribuintes e responsáveis.....	505
19.1.4	Base de cálculo.....	506
19.1.5	Alíquota	508
19.1.6	EC nº 132/23.....	510
19.2	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal, e de Comunicação – ICMS.....	510
19.2.1	Pressuposto jurídico.....	510
19.2.2	Materialidade.....	511
19.2.3	Sujeito ativo e contribuintes.....	522
19.2.4	Base de cálculo.....	523
19.2.5	Alíquota	524
19.2.6	Não cumulatividade	530
19.2.7	Seletividade	536
19.2.8	Obrigações acessórias	536
19.2.9	Substituição pelo IBS.....	540
19.3	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	541
19.3.1	Materialidade.....	541
19.3.2	Sujeito ativo, contribuinte e responsáveis.....	541
19.3.3	Base de cálculo.....	544
19.3.4	Alíquota	544
19.3.5	EC nº 132/23.....	545

CAPÍTULO 20

	IMPOSTOS MUNICIPAIS	547
20.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	547
20.1.1	Materialidade.....	547
20.1.2	Sujeito ativo e contribuinte	553
20.1.3	Base de cálculo.....	557
20.1.4	Alíquota e progressividade.....	557
20.1.5	EC nº 132/23.....	559
20.2	Imposto sobre a Transmissão <i>Inter Vivos</i> de Bens Imóveis, e de Direitos a ele Relativos.....	560
20.2.1	Materialidade.....	560
20.2.2	Sujeito ativo e contribuintes.....	562
20.2.3	Base de cálculo.....	562
20.2.4	Alíquota e progressividade.....	564
20.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	564
20.3.1	Materialidade.....	564
20.3.1.1	Conceito jurídico.....	564
20.3.1.2	Conceito legal (lista de serviços).....	566
20.3.1.3	Serviços do exterior (importação).....	571

20.3.1.4	Serviço público.....	572
20.3.2	Sujeito ativo.....	573
20.3.3	Contribuinte e responsáveis	578
20.3.4	Base de cálculo.....	581
20.3.5	Alíquota	587
20.3.6	Substituição pelo IBS.....	590

CAPÍTULO 21

IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS (IBS).....		593
21.1	Sujeito ativo.....	593
21.2	Sujeito passivo	595
21.3	Materialidade.....	598
21.4	Base de cálculo.....	603
21.5	Alíquota	604
21.6	Não cumulatividade	605
21.7	Operacionalização	612
21.8	Importações.....	613
21.9	Exportações	615
21.10	Imunidades e incentivos.....	616
21.11	Regimes aduaneiros especiais e zonas de processamento de exportação.....	617
21.12	Bem de capital.....	617
21.13	Devolução personalizada (<i>Cashback</i>)	619
21.14	Regimes diferenciados.....	620
21.15	Regimes específicos.....	621
21.16	Regime único.....	622
21.17	Zona franca de Manaus	622
21.18	Obrigações acessórias	623
21.19	Destinação	624
21.20	Transição para o IBS.....	624

CAPÍTULO 22

PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL.....		627
22.1	Consulta.....	627
22.2	Regime Especial.....	630
22.3	Imunidade – Reconhecimento e Suspensão	631
22.4	Reconhecimento de Direito Creditório – Restituição – Compensação – Ressarcimento – Reembolso.....	632
22.5	Contencioso.....	632
22.5.1	Medidas Preparatórias.....	632
22.5.2	Exigência de Crédito Tributário – Auto de Infração – Impugnação – Decisão – Recursos – Julgamentos	633

CAPÍTULO 23

MEDIDAS JUDICIAIS.....		639
23.1	Ações dos Particulares	639
23.1.1	Ação anulatória.....	639
23.1.2	Ação consignatória.....	641
23.1.3	Ação declaratória.....	643
23.1.4	Ação monitória	645
23.1.5	Ação de repetição de indébito	646
23.1.6	Ação rescisória	649
23.1.7	<i>Habeas data</i>	651
23.1.8	Mandado de injunção	653
23.1.9	Mandado de segurança	656
23.1.9.1	Cabimento	656
23.1.9.2	Direito líquido e certo	657
23.1.9.3	Prazo.....	658
23.1.9.4	Espécies.....	659
23.1.9.5	Autoridade coatora – Medida liminar – Execução	660
23.2	Ações de Controle de Constitucionalidade	662
23.2.1	Ação cível originária	662
23.2.2	Ação declaratória de constitucionalidade.....	664
23.2.3	Ação direta de inconstitucionalidade.....	666

23.2.4	Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	669
23.2.5	Reclamação	670
23.3	Ações da Coletividade	672
23.3.1	Ação civil pública	672
23.3.2	Ação popular.....	674
23.4	Ações da Fazenda Pública.....	675
23.4.1	Medida cautelar fiscal	675
23.4.2	Execução fiscal	677
23.4.2.1	Legitimidade e título executivo.....	677
23.4.2.2	Redirecionamento da execução	679
23.4.2.3	Prazo.....	680
23.4.2.4	Exceção de pré-executividade	681
23.4.2.5	Garantia	682
23.4.2.6	Trâmites processuais.....	683
CAPÍTULO 24		
	SÚMULAS TRIBUTÁRIAS.....	685
24.1	Considerações Básicas	685
24.2	Vinculantes.....	687
24.2.1	Judiciais.....	687
24.2.2	Administrativas (Carf).....	689
	ÍNDICE ALFABÉTICO DE ASSUNTOS	711
	REFERÊNCIAS.....	725